

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 18/10/2019

- [Substituição de prisão por pena alternativa para mães e gestantes divide senadores](#)
- [Alterações na Lei de Falência serão discutidas pelo CNJ e AGU](#)
- [Pauta sobre Infância reúne a corregedoria nacional e representantes do CNMP](#)
- [Audiências concentradas reintegram 15 crianças acolhidas às suas famílias naturais na Capital](#)
- [Prefeito do Recife participa da Cúpula das Cidades Amigas da Criança, da Unicef](#)
- [Pais pedem ajuda para filha bebê diagnosticada com atrofia muscular espinhal](#)
- [MPPE escuta sociedade e gestores municipais de Olinda sobre a oferta de atenção à saúde mental infanto-juvenil do CAPS-i Valerinho](#)
- [Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope - um terço dos paulistanos não sabe o que é o ECA](#)
- [Banda de socioeducandos da Funase lança o primeiro CD](#)
- [Conselheiro do CNMP trata de pautas relacionadas à infância e adolescência com o ministro Dias Toffoli](#)

Assunto: Substituição de prisão por pena alternativa para mães e gestantes divide senadores

Fonte: Agência Senado

Data: 18/10/2019



A proposta que possibilita às condenadas grávidas ou mães com filhos até 6 anos ter a pena de prisão substituída por punições alternativas, para garantir o convívio com a criança fora do ambiente carcerário e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do cérebro e da formação social dos pequenos, tem dividido opiniões na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Senadores que defendem a geração da vida num ambiente mais saudável e a garantia do bem-estar das crianças se opõem aos que acreditam no cumprimento de punições rigorosas, mesmo por gestantes ou mães de crianças pequenas, para desestimular a prática de outros crimes. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 669/2015 teve a votação adiada na última reunião da comissão (na quarta-feira, dia 16), mas deve voltar à pauta em breve.

O texto, do senador Telmário Mota (Pros-RR), prevê a conversão da pena de reclusão em restritiva de direito, com punições mais brandas, como a perda de bens e a prestação de serviços à comunidade, desde que o crime não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça. A relatora na CCJ, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), sugeriu algumas mudanças, como a concessão do benefício apenas quando a pena aplicada não for superior a oito anos. Não havia limite de pena no texto original.

Rose também retirou do projeto a exigência de que a conduta da presa não seja considerada crime hediondo ou equiparado, para ter direito ao abrandamento da pena. Segundo a senadora, essa condição poderia tornar ineficaz a medida prevista no projeto. Isso porque, pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias — Infopen Mulheres (2018), 62% das mulheres estão presas por tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo. Outra emenda de Rose estabelece a concessão da substituição da pena às mães que tenham cumprido os requisitos no momento da sentença condenatória.

“Subterfúgio”

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) se disse contrário à proposta, por acreditar não ser justo beneficiar uma mulher condenada apenas em função de ter um filho ou estar gestante.

— O fato de ter filho não pode ser um subterfúgio para que haja o abrandamento da legislação ou que se atenuie, de alguma forma, porque subentende-se aqui que há uma dependência da mãe com o filho. E o caso do benefício se ele depender do pai? A gente vai estender o benefício ao pai também? — questionou.

Carlos Viana (PSD-MG) defendeu postura semelhante e lembrou que os seres humanos são dotados de livre arbítrio, inclusive para cometer crimes, e não podem ser considerados vítimas da sociedade.

— Nós não estamos punindo os criminosos no Brasil como eles deveriam, por conta, infelizmente, de uma visão errada sobre a questão da violência — opinou.

Com opinião divergente, Fabiano Contarato (Rede-ES) ressaltou que o projeto beneficia apenas as mães que cometeram crimes sem violência ou ameaça, ou seja, não atinge roubo, extorsão ou crimes assemelhados. Ao citar sua experiência de quase três décadas como delegado de polícia civil, o senador frisou que a lei é rígida apenas para agir contra pobres, afrodescendentes e semianalfabetos.

— Se nós traçarmos o perfil socioeconômico de quem está preso, veremos que é esse ali [pobre, afrodescendente, semianalfabeto], sendo que os crimes de maior prejuízo são praticados por políticos, são crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária, crimes de sonegação fiscal — opinou.

Rose de Freitas salientou que o texto não garante perdão de pena, apenas concede às mães um mínimo de humanidade para a gestação ou a criação dos filhos, afinal, a criança não tem responsabilidade sobre a conduta criminosa da mãe, mas é sobre ela que recaem as consequências.

— A maternidade é diferente. Tem garantias constitucionais, inclusive básicas, como o direito à vida, à geração da vida com dignidade. O senhor pode até argumentar que uma mulher que

comete crime está numa condição indigna, mas o senhor tem que sublimar a questão da gestação — disse Rose a Flávio Bolsonaro.

Ela fez ainda um novo apelo ao parlamentar:

— Eu acho que é a questão agora de o senhor se colocar como cidadão brasileiro, sair da posição conservadora. Isso não é direita, não é esquerda, não é liberalidade ou conservadorismo, isso é questão de direito constitucional.

Como sugestão para o aprimoramento do projeto, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), mencionou a possibilidade de a substituição da pena ser assegurada apenas à mãe ré primária. A discussão sobre o texto deve continuar na próxima semana, quando se encerra o prazo do pedido de vista coletiva, a menos que o texto seja retirado de pauta.

O PLS 669/2015 já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e recebe decisão terminativa na CCJ.

Assunto: Alterações na Lei de Falência serão discutidas pelo CNJ e AGU

Fonte: CNJ

Data: 18/10/2019



Estão abertas as inscrições para o evento “Os aspectos de Direito Público relacionados a Falência e Recuperação Judicial e as propostas de alterações na Lei n. 11.101/2005”, que será realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), no dia 22 de novembro, em São Paulo. Para participar, basta preencher o formulário de inscrição, gratuitamente.

A programação do evento prevê a participação do conselheiro do CNJ Henrique Ávila na palestra de abertura. Em seguida, serão realizados dois painéis: “Tratamento dos créditos fiscais em Falência e Recuperação Judicial” e “Controvérsias sobre a Recuperação Judicial das Concessionárias de Serviço Público”.

Na última sessão ordinária do CNJ, realizada no dia 8 de outubro, foram aprovadas três recomendações para tornar mais eficiente a atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial, extrajudicial e falimentar de empresa. A orientação é para que os tribunais especializem as varas que analisam e julgam processos de recuperação empresarial e falimentar; façam a averiguação prévia na documentação da empresa logo após o pedido inicial de recuperação; e adotem a mediação na solução de conflitos que ocorrem durante o processo de recuperação empresarial e falimentar.

Relator da matéria, o conselheiro Henrique Ávila disse que se trata de um tema importante, com impacto direto no mercado brasileiro. Ele reforçou a relevância do grupo de trabalho que debate medidas relacionadas à recuperação judicial e de falências, que foi instituído pelo CNJ em dezembro do ano passado. O objetivo do GT é buscar medidas para modernizar a atuação do Poder Judiciário em relação a esse assunto. Além do conselheiro, a diretora da Escola da AGU da 3ª Região, Rita Nolasco, e Ronaldo Vasconcellos participam da organização do evento.

Serviço:

Os aspectos de Direito Público relacionados a Falência e Recuperação Judicial e as propostas de alterações na Lei n. 11.101/2005

Data: 22 de novembro de 2019 (sexta-feira)

Horário: 9h às 12h30

Local: Auditório da Escola da AGU da 3ª Região – Rua Bela Cintra, 657, CEP: 01415-003-Consolação, São Paulo.

Realização: Escola da Advocacia-Geral da União e Conselho Nacional de Justiça

Inscrições Gratuitas: bit.ly/aspectos-direito

Assunto: Pauta sobre Infância reúne a corregedoria nacional e representantes do CNMP

Fonte: CNJ

Data: 18/10/2019



O ministro Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça, recebeu, na tarde desta quinta-feira (17/10), o presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Júnior, e a promotora Andréa Teixeira de Souza (MP/ES), membro auxiliar da Comissão.

O objetivo da visita foi apresentar sugestões à Corregedoria Nacional de Justiça sobre o Provimento n. 36/2014, que dispõe sobre a estrutura das Varas da Infância e Juventude em nível nacional. Os membros da Comissão enfatizaram a necessidade da criação de varas exclusivas para a matéria.

O ato normativo foi editado para garantir integralmente a previsão constitucional de dar prioridade absoluta aos processos que tratam dos direitos das crianças e adolescentes. Melhorias na estrutura das varas e fiscalização das corregedorias locais sobre o tempo de tramitação dos processos de adoção e destituição do poder familiar são algumas das medidas fixadas.

Pacto Nacional

Na pauta, também foi destacada a importância do acompanhamento da instalação das salas de depoimento especial nos Estados, do Pacto Nacional pela Implementação da Lei n. 13.431/2017, em prol da garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, entre outros.

Participaram ainda da reunião os juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Márcio Freitas e Kelly Costa.

Assunto: Audiências concentradas reintegram 15 crianças acolhidas às suas famílias naturais na Capital

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 18/10/2019



A segunda etapa das audiências concentradas promovidas pela 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de João Pessoa, relativas ao mês de outubro, foi encerrada com um saldo de 114 crianças e adolescentes ouvidos. Desses, 15 crianças foram reintegradas às suas famílias naturais ou a seus parentes, com a devida expedição do Termo de Guarda e da Guia de Desligamento. As audiências começaram no início do mês, dia 1º, e aconteceram nas instituições de acolhimento da Capital.

As oitivas das crianças e dos adolescentes foram presididas pelo juiz Adhailton Lacet Porto, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e gestor da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba (Coinju).

O magistrado, que também é vice-presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, sediado em Brasília, destacou que o saldo foi positivo. “As audiências concentradas permitem que possamos encontrar uma alternativa viável de reintegrar ou solucionar os casos dessas crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento”, ressaltou.

Ele explicou que as oitivas dos acolhidos ocorrem em caráter excepcional e transitório, como também, as crianças e os adolescentes se encontram em instituições de acolhimento por algum motivo de violação dos seus direitos. “Essas audiências acontecem semestralmente, normalmente, entre os meses de março e outubro, a cada ano, com a análise trimestral, realizada pela equipe interprofissional da Vara, dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) de cada criança e adolescente acolhidos”, disse.

Participaram das audiências representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, integrantes das equipes multidisciplinares, equipes técnicas das casas de acolhida, Conselhos Tutelares, Cras e Creas, Secretarias Municipais da Saúde, Habitação e Assistência Social, Comissão de Defesa das Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, diretoras e professoras das escolas públicas, além de parentes e responsáveis pelos acolhidos.

Instituições – As audiências concentradas aconteceram na Morada do Betinho, Casa Shalon, Casa Lar Manaíra, Fundação Padre Pio de Pietrelcina, Lar da Criança Jesus de Nazaré, Casa de Acolhida Feminina, Casa de Passagem, além das oito Famílias Acolhedoras existentes na Capital.

Assunto: Cães auxiliam na aprendizagem de crianças com deficiência em Olinda

Fonte: Diário de PE

Data: 18/10/2019

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Quando recebeu o diagnóstico de autismo do seu filho, Elizângela Araújo, de 37 anos, buscou terapias que ajudassem no desenvolvimento da criança. Com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não-verbal, Eitor Fernando, 10, não se comunica através da fala. Após recorrer a diferentes estímulos para melhorar a sociabilidade do filho, Elizângela encontrou na Escola Municipal Pro Menor, no bairro de Rio Doce, em Olinda, um projeto que demonstrou

um potencial surpreendente de evolução. Foi a partir da Educação Assistida com Animais (EAA) que Eitor passou a reconhecer e distinguir as cores e melhorou a coordenação motora fina.

Na companhia de Max, um cão da raça Golden Retriever, o menino perdeu o medo que tinha de animais e começou a interagir com a turma formada por outros estudantes com deficiência. Os cães adestrados auxiliam no desenvolvimento das habilidades cognitivas de estudantes matriculados na rede municipal de Olinda através do projeto Bolinha de Pelo. A iniciativa fez três anos no mês de setembro com uma equipe de 10 cães: Fiona, uma Buldogue Americana, Sebastian, um Box e sete Golden Retrievers - Max, Mel, Aurora, Luna, Raio de Sol, Justin, Surf e Dom.

"O autismo não espera. Meu filho precisa de estímulo para evoluir. Logo ele será um adolescente, depois um adulto e eu preciso garantir que ele tenha oportunidades. Nesse processo, muitas vezes a gente se frustra por falta de assistência do poder público. Então, quando vem um projeto desses, que transborda amor, a gente é só gratidão. A equipe tem muita paciência e atenção. Isso foi fundamental para que Eitor sentisse confiança", comenta Elizângela, que cuida do filho em tempo integral.

Com oito voluntários, a equipe coordenada pela psicopedagoga Cássia Leôncio atende mais de 100 alunos nas salas de recurso multifuncional de nove escolas dos bairros de Ouro Preto, Cidade Tabajara, Jardim Atlântico, Bultrins, Bairro Novo, Caixa D'água, Peixinhos e Rio Doce. No início do projeto, em 2016, dois cães voluntários atendiam apenas 22 estudantes no Centro Integrado de Atenção à Criança Professora Norma Coelho (CAIC). A partir dos resultados positivos e aumento da demanda, outras escolas passaram a receber o projeto.

A Educação Assistida com Animais utiliza dos cães como recurso mediador no processo de aprendizagem, como explica Cássia. "Em muitos casos os professores já recorreram a outras estratégias para ajudar no desenvolvimento do estudante e o cão se torna um elo e complementa o trabalho. Algumas crianças chegam sem querer conversar, mas interagem com os cães. Através desse vínculo afetivo, a gente consegue perceber as melhorias. Estudantes com deficiência são o público que a gente busca atender, mas todos da escola se envolvem porque causa empatia", comenta a psicopedagoga.

A cada 15 dias as crianças recebem a equipe do Bolinha de Pelo. As atividades duram cerca de uma hora. O contato das crianças com os animais estabelece as relações de vínculo, trabalha controle da força, desenvolvimento motor, coordenação a partir das dinâmicas propostas pelos voluntários e professores. No caso de alunos com microcefalia, por exemplo, as crianças deitam no tronco dos cachorros e o contato com as batidas do coração e o ritmo da respiração diminui o desconforto e provoca relaxamento. Além do ensino infantil, também passam pela experiência os estudantes adultos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

"Nós fazemos o acompanhamento desses estudantes com avaliações contínuas sobre a evolução individual. Durante as atividades, nós percebemos quais habilidades comportamentais de cada um e podemos trabalhar o conteúdo pedagógico a partir delas, o que é, inclusive, um método Paulo Freire", diz a professora de educação especial inclusiva da Escola Municipal Metodista Gladys Oberlin, em Caixa D'água, Cleize Costa. A unidade recebeu o projeto há um mês e formou uma turma com 28 crianças.

Todos os cães do Projeto Bolinha de Pelo são treinados e ainda participam do Projeto Cães Doutores, visitando em hospitais. Para alcançar ainda mais estudantes, o projeto precisaria de mais material pedagógico, salas maiores, já que apenas um animal muitas vezes atende até 15 crianças, seja por pouco espaço ou pela dificuldade no transporte. A gente não ampliou ainda porque temos limitações e precisaríamos de melhores condições, escolas com estrutura melhor, salas maiores, mais material pedagógica, melhoria na estrutura, além de outros voluntários para dar mais suporte", diz Cássia.

Assunto: Prefeito do Recife participa da Cúpula das Cidades Amigas da Criança, da Unicef

Fonte: Diário de PE

Data: 18/10/2019



O Fundo das Nações Unidas da Primeira Infância (Unicef) convidou o prefeito do Recife, Geraldo Julio, para participar da Cúpula das Cidades Amigas das Crianças, em Colônia, na Alemanha. No evento, o prefeito destaca as ações que tem realizado na capital e a importância do investimento na área, como os programas Mãe Coruja, Escola do Futuro, Brinqueducar, e a criação do Hospital da Mulher e do Compaz. O Recife ainda instituiu, em 2018, o Marco Legal da Primeira Infância e está elaborando o Plano Municipal da Primeira Infância.

“Na minha experiência como prefeito, aprendi a importância de ter um olhar para as crianças. É importante ter um olhar para toda a sociedade, para a desigualdade de toda a sociedade, mas fazer um recorte olhando para as crianças é a coisa mais acertada que se pode fazer para construir um futuro melhor”, defendeu o prefeito.

Na programação desta sexta-feira (18), pela manhã, o prefeito teve encontro com Mário Volpi, Chefe de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do UNICEF, participou das Plenárias temáticas “Cidades e comunidades possibilitando que crianças atinjam seu potencial completo” e “Cidades Amigas das Crianças em um contexto de Mudanças Climáticas”. A tarde teve encontro com o representante do UNICEF no Brasil, Florence Bauer e participou da Reunião de Prefeitos da América Latina e Caribe e da Mesa Redonda de Prefeitos, convocada pela prefeita de Colônia Henriette Reiker.

Entre as ações que colocaram o Recife com destaque internacional na área de Primeira Infância estão a realização da Semana do Bebê do Recife, em parceria com o UNICEF, que este ano chegou na 5ª edição com mais de mil atividades chamando a atenção para o tema da Primeira Infância o Hospital da Mulher do Recife, que já é referência em parto humanizado com 15 mil partos.

O Compaz, que recentemente venceu o prêmio Cidades Sustentáveis de melhor projeto de redução de desigualdade social do Brasil e tem atenção especial para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. O Programa Mais Vida nos Morros, de transformação de comunidades por meio do engajamento dos cidadãos, que abre espaço para crianças até 6 anos em áreas públicas da cidade e já chegou a 29 comunidades beneficiando 15 mil pessoas.

Também se destacam no Recife o Programa Geração Afeto que tem o objetivo de desenvolver as relações afetivas entre as famílias focando no desenvolvimento integral infantil. Iniciado em 2018, o Programa já realizou mais de 56 oficinas para 250 famílias. O Brinqueducar, que tem o objetivo de fazer as crianças aprenderem brincando nas escolas e em casa, beneficia 18 mil crianças matriculadas nas Escolas Municipais.

O Praia Sem Barreiras, que permite banhos de mar assistidos para pessoas com deficiência, e tem atenção especial para as crianças. “A Semana do Brincar”, que entrou para o calendário oficial de eventos da cidade, por Lei Municipal, como um período de visibilidade do direito ao brincar enquanto parte do desenvolvimento integral das crianças.

Assunto: Pais pedem ajuda para filha bebê diagnosticada com atrofia muscular espinhal

Fonte: Diário de PE

Data: 18/10/2019

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Os pais da pequena Júlia Ellis, de apenas três meses de vida, estão numa luta contra o tempo e contra a lógica burocrática para salvar a filha. Há um mês, Júlia foi diagnosticada com uma doença genética rara chamada atrofia muscular espinhal (AME), que afeta células nervosas da medula espinhal,

paralisando processos simples como a respiração. Nesta semana, Júlia e seus pais, André Clarindo da Silva, 33 anos, e Juliene Feitosa, 26 anos, saíram de sua cidade, o município de Águas Belas, no agreste pernambucano, e vieram morar de favor no Recife em busca de tratamento para a pequena. De imediato, a bebê precisa de seis doses do medicamento chamado Spinraza, que custa R\$ 2,17 milhões o tratamento até o primeiro ano de vida. André e Juliene divulgaram um vídeo nas redes sociais, sensibilizando gestores públicos e solicitando ajuda financeira.

“Nós estamos pedindo duas coisas. A primeira é que as autoridades nos concedam o remédio de nossa filha. Hoje (quarta, dia 16), o juiz concedeu uma liminar mandando o estado de Pernambuco fornecer o remédio em 10 dias. Mas sabemos que o estado costuma recorrer desse tipo de decisão e estamos apelando para que não façam isso, pois envolve a vida de nossa filha”, apela André.



O casal pede também apoio financeiro da população. Eles, que eram funcionários do comércio de Águas Belas, tiveram que largar seus empregos para lutar pelo tratamento e pela vida pequena Júlia Ellis. “Ainda é tudo muito novo para nós. Mas de imediato sabemos que vamos precisar comprar alguns aparelhos e roupas específicos para a condição de quem tem AME. Todo o aparato tem um custo inicial

de R\$ 200 mil e não temos esse dinheiro”, disse André. Júlia chegou ao Recife com seus pais na última segunda-feira (14), porque precisava usar um aparelho de ventilação para ajudá-la a respirar. Esse equipamento foi emprestado à bebê por familiares de outras crianças com a mesma doença. O tratamento de Júlia Ellis será realizado na Clínica Raros, dentro do Hospital Maria Lucinda, no bairro da Jaqueira, Zona Norte do Recife.

A atrofia muscular espinhal (AME) é uma doença genética rara que afeta as células nervosas da medula espinhal, responsáveis por transmitir os estímulos elétricos do cérebro até aos músculos, impedindo que a pessoa tenha dificuldade ou não consiga movimentar os músculos voluntariamente. Essa doença é grave e causa atrofia e fraqueza muscular progressiva. Inicialmente os sintomas afetam as pernas, depois os braços, e por último os músculos do tronco, levando o portador da doença ao óbito precoce, sobretudo se não for realizado o tratamento necessário.

Segundo André Clarindo, aos 15 dias de nascida, os pais começaram a suspeitar de que Júlia poderia ter alguma doença.

Quarenta e cinco dias depois a menina foi diagnosticada com AME tipo 1, através de exame de DNA. Esse é o tipo mais grave da doença, pois afeta o desenvolvimento normal do bebê, que tem dificuldades para segurar a cabeça, ficar sentado sem apoio, além de respirar e engolir. Os bebês diagnosticados com atrofia muscular espinhal grave têm poucos anos de vida, e por vezes não chegam a completar o segundo ano. Mas os tratamentos avançados têm aumentado a expectativa de vida de bebês portadores de AME.



AME
tipo 1

Júlia Ellis

Banco Bradesco

Banco do Brasil

Agência 6036

Agência 1012-x

Conta Poupança 1000115-3

Conta Poupança 24691-3

André Clarindo da Silva

Julienne M F Santos

067.845.924-09

101.227.764-02

Assunto: MPPE escuta sociedade e gestores municipais de Olinda sobre a oferta de atenção à saúde mental infanto-juvenil do CAPS-i Valerinho

Fonte: MPPE

Data: 18/10/2019



Mães de filhos com doenças mentais, representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda, representante do Ministério da Saúde, profissionais da saúde se reuniram com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para discutir a oferta de atenção à saúde mental infanto-juvenil, bem como a estruturação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS-i) – Valério Maciel Leitão (Valerinho). A audiência pública foi realizada nesta quinta-feira (17), no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Olinda.

A convocação da audiência pública, presidida pela 2ª promotora de Justiça de Cidadania em Defesa da Saúde de Olinda, Maísa Melo, visou fazer a escuta social e promover a aproximação da gestão pública com as mães de crianças usuárias do equipamento, dentro do acompanhamento do Procedimento Administrativo nº 116/2019. Inicialmente, foi apresentado o relatório da visita feita pelo MPPE ao CAPS-i Valerinho, pela assistente social Maria Luíza Duarte, que reforçou o foco da intervenção no assunto para manter o serviço e não se ter perda, bem com o aperfeiçoamento do equipamento e do acolhimento e encaminhamento implicado e corresponsável, “uma vez que são famílias que enfrentam desafios para diagnosticar, encontrar serviço adequado, com dificuldade de locomoção e, às vezes, sem condições de acesso à internet, à informação”.

Em comparação com a inspeção do MPPE, a gestora municipal da Saúde Mental, Cíntia Mota, apresentou algumas melhorias dos pontos identificados pela equipe do MPPE, e apresentou o contexto atual do CAPS Infanto-juvenil Valerinho, situado na rua Pereira Simões, 72, Bairro Novo — inaugurado em abril de 2018 — e ainda passa pelo processo regulatório junto ao Ministério da Saúde para que possa receber o repasse de recursos. Também apresentou dados sobre o processo de seleção de profissionais de saúde para atender toda a rede de atendimento, inclusive o CAPS-i Valerinho. “Há ainda o estímulo ao matriciamento”, que, de acordo com o Guia Prático de Matriciamento em Saúde do Ministério da Saúde, “é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica”, a exemplo da escola.

No contexto estadual, o representante da Secretaria Estadual de Saúde, João Marcelo Costa, destacou que o modelo trazido pelo SUS, inclusivo, de respeito, e de garantia de direitos de ser atendido na sua complexidade. A droga hoje é o desafio, quando um grande número de jovens está sendo institucionalizado. E por isso, a discussão da estrutura da rede e de atenção básica precisa contar com o esforço coletivo, dos usuários, dos órgãos de apoio e os de fiscalização, como o MPPE vem fazendo. “No Estado de Pernambuco, têm-se 13 CAPS-i. Não há previsão de aumentar esse número, sem a garantia do repasse do Ministério da Saúde, e por isso o foco é qualificar o que já temos”.

Aline Azevedo, representante do Ministério da Saúde, a saúde Mental ressaltou os avanços nas últimas duas décadas, mas nos últimos anos vem sofrendo reversos que preocupa a manutenção do serviço em rede. Sobre esse caso do CAPS-i, o Ministério da Saúde ainda aguarda a chegada dos documentos exigidos pelo município de Olinda para avaliação do equipamento e o devido repasse. “A audiência é importante ao fazer essa aproximação da gestão com o usuário e dá visibilidade ao tema e aos desafios a enfrentar”.

O médico-fiscal do Cremepe, Sylvio Vasconcelos, entende a importância do conhecimento mínimo sobre as práticas médicas ao estruturar os equipamentos, portanto, a necessidade de também conhecer as portarias que disciplinam. Também questionou que “algumas doenças são crônicas, ou seja, que até hoje não se tem cura, então como ter normas que solicitam rotineiramente laudos novos para conseguir acesso aos serviços públicos, saúde, educação, transporte? Cria-se dificuldades sem compreender a dificuldade de se conseguir atender às exigências estipuladas”. A coordenadora de Saúde da pessoa com deficiência, Carmem Cavalcanti, explicou que estão em articulação com o Grande Recife para achar uma solução mais possível para se obter o Cartão de Livre Acesso, “as regras atuais exigem dois laudos para comprovação”.

A audiência escutou relatos das mães para obter atenção à saúde para os filhos, bem como outros serviços, a exemplo da carteira de livre acesso ao transporte público. “Os desafios das mães com crianças com transtornos mentais são grandes, começando pela família, pelo abandono dos maridos do lar; desemprego por causa da dedicação exclusiva; da escola que não aceita ou não consegue atender; construir o diagnóstico seguro na rede da saúde; então, sem um equipamento que nos ajuda, a própria saúde da mãe fica debilitada”, pontuou presidente da Associação de Mães Especiais de Crianças de Olinda (Ame), Emicleide Maciel. Reforçou ainda a necessidade dos prontuários únicos de acesso aos diversos profissionais, devido à alta rotação das equipes técnicas, em que o processo de atendimento se reinicia várias vezes, dificultando os avanços do desenvolvimento e até o acompanhamento deste. Para a mãe Renata Moura, “nós fazemos o nosso papel como mãe, mas precisamos de alguma resposta tanto da Secretaria e da Prefeitura”. Outra mãe destacou a limitação da idade quando as doenças crônicas, os pacientes são também crianças adultas (devido o transtorno), “é preciso adaptar os atendimentos às suas complexidades”.

A promotora de Justiça Máisa Melo destacou a importância dos relatos das mães, “embora seja o MPPE o fiscal, não podemos estar em todos lugares, e por isso enfatizo a importância das mães organizadas em associações ou grupos para contribuir nesse controle social das demandas. Essa parceria com o MPPE é fundamental para fortalecer e otimizar a atuação institucional”. Por fim, o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Saúde (Caop Saúde) do MPPE, Édipo Soares, concluiu sobre a importância do espaço de escuta social: “vocês querem ser ouvidas e obter alguma resposta concreta para dirimir tamanha dificuldades enfrentadas, por isso é importante que venham com objetividade das demandas na hora da fala, porque esses espaços de escutas sociais são importantes para que o MPPE possa atuar mais eficazmente”.

Assunto: Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope - um terço dos paulistanos não sabe o que é o ECA

Fonte: Portal RBA

Data: 18/10/2019



São Paulo – Um terço dos paulistanos não conhece, nem mesmo por ouvir falar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A revelação foi feita hoje (15) pela pesquisa Viver em São Paulo – Criança e Adolescente, realizada pelo Ibope em parceria com a Rede Nossa São Paulo. Apesar disso, para 55% dos paulistanos, o ECA é considerado muito importante para garantir os direitos e proteger essa população. Outros 11% consideram a legislação pouco ou nada importante para defendê-las. Em tempos de ataques ao estatuto – como os feitos pelo presidente Jair Bolsonaro, que disse que o ECA devia ser “jogado na latrina” –, o desconhecimento da legislação pode auxiliar aqueles que querem liquidá-la.

“Em geral, os veículos tradicionais de comunicação e muitos políticos citam o ECA para afirmar que a lei protege adolescentes criminosos. Pouco se aborda sobre a importância do ECA para garantir acesso às crianças e adolescentes em creches, escolas, serviço de saúde, programas de assistência social, e também em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e de exploração do trabalho infantil ou abandono”, afirmou o advogado e ex-membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) Ariel de Castro Alves.

O advogado, que também é membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), lembra que o estatuto não tem apenas direitos e garantias, mas também uma série de medidas de responsabilização a adolescentes que tenham cometido atos infracionais. “O desconhecimento sobre o ECA não é só na população em geral, ocorre com professores, advogados, jornalistas, e até com conselheiros tutelares. Quando na verdade o ECA também responsabiliza os adolescentes que cometeram crimes, inclusive com a privação de liberdade”, destacou.

A pesquisa também avaliou o que os paulistanos consideram prioritário que a prefeitura de São Paulo para zelar por crianças e adolescentes. Em primeiro lugar, com 32% das menções, ficou “melhorar a infraestrutura das creches e escolas”. Em seguida, “melhorar a conservação de espaços públicos como praças e parquinhos”, com 23% das menções. Outros 18% mencionaram “aumentar a oferta de atividades culturais” com foco nesse público.

Na contramão desses anseios da população, a gestão do prefeito da capital paulista, Bruno Covas (PSDB), deve cortar 1.500 vagas em Centros da Criança e do Adolescente (CCA), locais de atividades socioculturais, realizadas no contraturno escolar – 38 centros, que hoje atendem 7.200 crianças e adolescentes, devem ser atingidos pelos cortes.

Além disso, 89% dos paulistanos avaliaram como pouco ou nada seguros para crianças e adolescentes a utilização de praças e parques e 82% tiveram a mesma opinião sobre as quadras poliesportivas. Essa avaliação é ainda pior entre moradores da zona norte, onde 94%

consideram praças e parques inseguros e 88% têm a mesma avaliação sobre quadras poliesportivas.

Assunto: Banda de socioeducandos da Funase lança o primeiro CD

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 18/10/2019



Tudo começou como uma oficina de música, em 2016, no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Abreu e Lima, no Grande Recife. Aos poucos, as aulas foram permitindo a descoberta de vocações para os palcos entre os adolescentes em cumprimento de medida de internação no local. Treinado, o grupo cresceu, se transformou na Banda Liberdade e, hoje, já extrapola os muros da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Só nos últimos meses, os dez



socioeducandos participantes do projeto, regidos pelo agente socioeducativo Artur Silva, já se apresentaram em espaços como a Câmara Municipal do Recife, o Centro de Convenções de Pernambuco e o Hospital dos Servidores do Estado (HSE). Agora, a iniciativa dá mais um passo com o lançamento do primeiro CD da banda. A apresentação do álbum ao público ocorreu na noite da quinta-feira (17), no Clube Português, no Recife.

O CD contém a interpretação de 12 músicas de artistas e grupos consagrados, como “Evidências” (Chitãozinho & Xororó), “Espumas ao Vento” (Fagner) e “Xote dos Milagres” (Falamansa). A gravação ocorreu no Studio 855, no bairro do Ibura. Usando um uniforme com a frase “Alguém acreditou em mim”, os socioeducandos se revezaram no vocal, na zabumba, no triângulo, no ganzá e na pandeirola. O trabalho não tem fins lucrativos. O objetivo é chamar a atenção das pessoas sobre a importância de ações que contribuam para a reinserção social desses adolescentes. “Me sinto realizado em saber que um projeto tão belo e importante, antes desconhecido, se concretizou, alcançou muitos jovens e despertou a atenção das pessoas, que entenderam a importância da música no processo de socioeducação”, explicou o agente socioeducativo Artur Silva, idealizador da ação e maestro do grupo.

Devido à rotatividade na Funase, vários adolescentes já passaram pelo grupo nesses três anos de existência do projeto. Alguns deles continuam participando de apresentações mesmo após terem obtido a liberdade. É o caso do jovem G.V., de 19 anos, que esteve presente no lançamento do CD que ele ajudou a gravar. “Nem sempre posso estar com o grupo, porque moro um pouco distante, mas hoje fiz questão de estar aqui. Guardo muitas lembranças da banda, que me ajudou muito no tempo que passei na Funase”, destacou. “Eu estava lá na gravação do CD e hoje é bom ver que tudo ficou pronto”, completou o socioeducando C.C., de 17 anos, integrante da banda há mais de um ano e ainda em atendimento no Case Abreu e Lima.

O lançamento foi prestigiado por familiares dos socioeducandos, por agentes socioeducativos da Funase, pelo músico Cezzinha, padrinho da banda, e pela presidente da Associação Cultural

e Assistencial dos Artistas de Pernambuco (Acaape), Telma Andrade, apoiadora da produção do CD. Para o gerente do Case Abreu e Lima, Abinoan Barboza, também presente ao evento, a realização do projeto mostrou como o envolvimento coletivo pode gerar ações sociais de impacto. "Esses jovens pertencem à nossa sociedade. Cabe a cada um de nós fazer nosso papel para oportunizar coisas boas para a vida deles", declarou.

Assunto: Conselheiro do CNMP trata de pautas relacionadas à infância e adolescência com o ministro Dias Toffoli

Fonte: CNMP

Data: 18/10/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



O presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., reuniu-se com o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nessa quarta-feira, 16 de outubro, para apresentar as iniciativas da comissão em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Essa

aproximação entre as instituições visa a possíveis atuações conjuntas para o fortalecimento da política de atendimento a crianças vítimas de violência e aprimoramento da socioeducação no país. A CIJ/CNMP ainda enviará formalmente a proposta de trabalho conjunto à Presidência do CNJ. O encontro, realizado no gabinete da Presidência do STF, contou com a participação da promotora de Justiça Andrea Teixeira de Souza, membro auxiliar da comissão.

Na oportunidade, foram abordados temas como: a necessidade de priorização do julgamento de ações civis públicas relativas a direitos de crianças e adolescentes, o acompanhamento da implementação da Lei da Escuta Protegida nos estados, a importância de se investir no atendimento socioeducativo e o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Durante a visita, foram entregues ao ministro Dias Toffoli duas publicações da CIJ/CNMP: o “Panorama da Execução dos Programas Socioeducativos de Internação e Semiliberdade nos Estados Brasileiros” e o “Guia Prático para Acompanhamento do Direito à Convivência Familiar e Comunitária”.